

Por mais brasileiras em missões de paz da ONU: fortalecendo as condições por maior e melhor participação feminina no terreno

Maria Eduarda Santos e Eduarda Hamann

1. Introdução

Desde 2000, a participação feminina, uniformizada ou não, vem sendo cada vez mais valorizada nas operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso ganhou força nas últimas duas décadas a partir da aprovação e da implementação de 11 resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que têm por objetivo promover a maior participação de mulheres, em quantidade e qualidade, a fim de aumentar as chances de implementar o mandato da missão, de garantir uma maior credibilidade das missões junto à população local e de efetivamente contribuir para a sustentabilidade da paz.

A mulher é considerada condutora da paz duradoura uma vez que, segundo Paiva (2018), sua presença nas áreas de operações agrega valor ao trabalho da paz, na prevenção de conflitos e no pós-conflito. No entanto, apesar deste fomento por parte da ONU e de muitas outras organizações e instituições de ensino, como é o caso do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), as mulheres ainda enfrentam muitas adversidades que dificultam, e até mesmo impedem, sua maior inserção em missões de paz. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é elucidar a atuação de mulheres brasileiras em operações de paz e seus desafios, e explorar uma recente atividade de *capacity building* que contribui para melhorar as condições voltadas à maior e melhor participação feminina no terreno.

2. O Brasil no Conselho de Segurança da ONU e as prioridades do mandato atual

O Brasil foi um dos países eleitos para ocupar as cadeiras não-permanentes do Conselho de Segurança em janeiro de 1946, época de sua inauguração. Desde então, após quase 80 anos, o Brasil já foi eleito mais 10 vezes para este órgão, cuja competência é manter a estabilidade no plano internacional. Durante a campanha que o levou ao 11º mandato, a ser cumprido no biênio 2022-2023, o Brasil definiu sete prioridades, das quais duas merecem destaque: a "Manutenção eficiente da paz" (que versa sobre missões de paz e assuntos relacionados) e o "Avanço da Agenda de Mulheres, Paz e Segurança". Assim, está atrelada a ambas as prioridades a recente iniciativa do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) de realizar o Estágio de Preparação Específica do Sexo Feminino para Missões de Paz (EPESFMP), entre novembro e dezembro de 2021.

3. Mulheres brasileiras em missões de paz

A participação de mulheres brasileiras em missões de paz teve início em 1992, com o desdobramento, na missão da ONU em Angola, de duas praças da Polícia Militar de Minas Gerais. De acordo com Hamann, Giannini e Pereira (2019), entre 1992 e 2019, o contingente de brasileiros em missões de paz registrou somente a participação de 338 mulheres (0,7%), sendo a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, sigla em francês) a que mais contou com a maior participação feminina brasileira de uma só vez: no primeiro semestre de 2016, a MINUSTAH contou com apoio de 24 mulheres brasileiras uniformizadas, em feito quantitativo que ainda não foi repetido.

O período analisado (1992-2019) foi dividido pelas autoras em três fases: na primeira, entre 2010 e 2013, verifica-se a maior participação do número de mulheres no imediato pós-terremoto no Haiti, quando o Brasil desdobra um segundo batalhão na MINUSTAH. A segunda aconteceu de janeiro de 2013 a agosto de 2017, quando os números de uniformizadas brasileiras se mantiveram relativamente estáveis, período esse que coincide com o término da MINUSTAH (em outubro de 2017); e, por fim, a terceira fase, que compreende de agosto de 2017 até meados de 2019, quando os últimos dados foram obtidos, mas que pode se estender até 2021, quando se verifica uma queda brusca na participação de uniformizadas brasileiras em missões de paz da ONU.

Desde pelo menos 2009 nota-se um esforço maior no sentido de conscientização, identificação e preparo adequado de voluntárias para que mais mulheres recebessem informações sobre os desdobramentos e estivessem aptas para participarem efetivamente, o resultado disto é que uma década depois a quantidade de missões com participação de uniformizadas brasileiras aumentou significativamente, de acordo com o Instituto Igarapé, em 2009 havia brasileiras uniformizadas somente em uma missão, a MINUSTAH. Já em 2019, haviam brasileiras desdobradas em pelo menos sete missões: UNIFIL, UNMISS, UNIOGBIS, UNAMID, UNISFA, MINURSO e MINUSCA. Essa mudança revela uma estratégia de diversificação do alcance feminino em operações importantes. Uma futura pesquisa poderá analisar as funções exercidas pelas mulheres brasileiras neste período.

A fim de que a diversificação e o alcance geopolítico das brasileiras se mantenham - ou mesmo aumentem - há que se fomentar cada vez mais iniciativas que tenham por objetivo melhor preparar tais profissionais para atuar neste ambiente. Nesse contexto, celebra-se a atividade executada pelo CCOPAB no final de 2021, após iniciativa do Comando de Operações Terrestres (COTER) do Exército Brasileiro.

4. Preparo no CCOPAB

No período de 22 de novembro a 03 de dezembro de 2021, o CCOPAB realizou o "Estágio de Preparação Específica de Militares do Sexo Feminino para Missão de Paz" (EPESFMP). O referido

estágio teve como coordenador o Capitão Wunderlich, que supervisionou um contingente de 22 estagiárias, sendo 15 do Exército Brasileiro, dos postos de Tenente Coronel, Major e Capitão; e 7 Policiais Militares, dos postos de Major, Capitão, Sargento e Cabos, advindas das seguintes corporações: BMRS (Rio Grande do Sul), PMAC (Acre), PMBA (Bahia), PMDF (Distrito Federal) e PMGO (Goiás).

O EPESFMP teve por objetivo proporcionar a complementação de conhecimentos específicos às militares, a fim de melhor capacitá-las para a participação em missões de paz, cabendo ao Centro proporcionar-lhes, por exemplo, a resistência à fadiga, o aumento de conhecimentos operacionais e o aprimoramento do controle emocional. Na primeira semana, as instruções teóricas e práticas visam fornecer ferramentas para o enfrentamento de diferentes desafios que surgirão ao longo da missão. Já na segunda semana, as estagiárias foram desdobradas em dois Team Sites, onde enfrentaram uma carga intensa de patrulhas, sempre contextualizadas em um ambiente de Missão de Paz. As participantes também passaram pelo Exercício de Desenvolvimento da Liderança (EDL), atividade considerada pelo coordenador como uma das mais intensas em função dos diversos desafios que esta propõem: as estagiárias foram constantemente colocadas em situações de estresse e em posições de liderança, com oficinas sobre orientação, negociação, medidas salva-vidas, progressão e regras de engajamento, conduta com viatura, manobra de força e segurança de base. Durante este período, as estagiárias consumiram ração operacional, assim como ocorre em grande parte das operações quando não há a possibilidade logística de montagem de cozinha.

Para além dos vários instrutores do referido estágio, também participaram, por videoconferência, figuras de notoriedade na área: General de Divisão Affonso da Costa, Comandante do Componente Militar da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO); Major Christiane Lima, instrutora do CCOPAB desdobrada na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA); Conselheira Viviane Rios Balbino, Diplomata, chefe da Divisão Nações Unidas II, do Ministério das Relações Exteriores; e a Dra Eduarda Hamann, Coordenadora-Geral da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ).

5. Considerações finais

Hamann, Giannini e Pereira (2019) identificaram sete desafios que dificultam a participação de mulheres brasileiras nas missões de paz da ONU e, dentre eles, dois apontam para o assunto abordado no texto: o desafio relacionado ao processo de comunicação e divulgação das vagas para as missões; e o desafio do preparo antes da missão.

De acordo com as autoras, não existe ampla divulgação acerca das oportunidades existentes, tanto para as uniformizadas quanto para as civis, e o processo seletivo da ONU por vezes é ambíguo,

ou pode levar muito tempo ou, ainda, ser rápido demais. As policiais enfrentam ainda uma outra questão dentro deste primeiro desafio que, por sua vez, é uma problemática também relacionada ao segundo desafio: a liberação por parte das chefias de suas corporações e seus estados de origem. O outro desafio a ser destacado refere-se ao preparo das brasileiras para as missões. Neste aspecto, as autoras apontam que as uniformizadas encontram-se em maior vantagem relativa que as civis, que, quando foram desdobradas como Voluntárias das Nações Unidas (UNV) em contextos altamente voláteis, como no República Centro-Africana, República Democrática do Congo ou Sudão do Sul, indicaram não ter passado por nenhum treinamento oficial para atuar neste ambiente, tendo de se preparar somente com seus esforços pessoais e capacitações on-line.

Pelo exposto, o artigo procurou demonstrar a relevância de uma recente e marcante iniciativa de preparo de mulheres brasileiras que atuarão em missões de paz. Partiu-se da premissa, consolidada nas 11 resoluções do Conselho de Segurança, de que as mulheres desempenham um papel primordial na implementação dos mandatos das missões e na construção de uma paz duradoura e, com isso, há que se reverenciar iniciativas que contribuam para a maior e melhor participação feminina no terreno. Ainda assim, apesar do fomento, da valorização e do avançar do processo de inserção das mulheres nas operações de paz, há uma série de dificuldades para sua atuação em função da falta de preparo, ou do preparo inadequado para estes ambientes. À vista disso, iniciativas de capacity building, como a realizada pelo CCOPAB, contribuem para a maior e melhor inserção de mulheres nesses contextos, uma vez que aprimoram suas habilidades e proporcionam a complementação de conhecimentos com técnicas e procedimentos específicos sobre as operações de paz e, com isso, aumentam as chances da implementação do mandato, contribuem para o processo de construção da confiança junto à população local e, em última instância, contribuem para a sustentabilidade da paz.

Maria Eduarda Santos é graduanda em Relações Internacionais, pesquisadora da REBRAPAZ no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da PUC-Rio.

Eduarda Hamann é advogada, mestre e doutora em Relações Internacionais pela PUC-Rio; é professora do MBA de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas e Coordenadora-Geral da REBRAPAZ.

Santos, M.E. Hamann, E. "Por mais brasileiras em missões de paz da ONU: fortalecendo as condições por maior e melhor participação feminina no terreno". PUC-Rio/REBRAPAZ. Publicado em 11/05/2022. Disponível em: <https://rebrapaz.com/o-que-pensamos/>.



REBRAPAZ
Rede Brasileira
de Pesquisa sobre
Operações de Paz